

PRODUÇÃO FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande - Palmas (TO)¹

FAMILY OUTPUT AND ASSOCIATIVISM: the ways of life and socioeconomic reproduction of Taquaruçu Grande rural community – Palmas (TO)

Ízula Luiza Pires Bacci Pedroso

Mestre em Geografia pelo Instituto de Geografia – UFU
izula.luiza@ig.com.br

João Cleps Júnior

Professor do Instituto de Geografia – UFU
jcleps@ufu.br

Resumo: A produção rural familiar apresenta importantes particularidades regionais, conseqüentemente a sua reprodução socioeconômica também se torna diversificada, justificando as grandes desigualdades sociais no meio rural brasileiro. É possível perceber que ao longo dos anos, a produção familiar se tornou uma categoria marginalizada por não ter acesso a todo o conjunto de atributos que devem acompanhar a inovação tecnológica. Desse modo, também é reconhecida a dificuldade que os produtores familiares têm em se posicionar no mercado, sendo a comercialização de seus produtos o objetivo mais difícil de alcançar. Assim, o presente trabalho apresenta uma análise sobre o papel do associativismo rural como uma das estratégias que os produtores familiares utilizam na luta pela permanência no meio rural do município de Palmas capital do Estado do Tocantins. Para isso, buscou-se compreender o desenvolvimento rural do município, analisando o papel das políticas agrícolas e agrárias para a produção rural familiar, além de compreender e caracterizar as especificidades socioeconômicas da Comunidade de Taquaruçu Grande, bem como a inserção da produção rural familiar no município de Palmas - TO por meio do associativismo.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Associativismo rural. Comunidade rural. Palmas.

Abstract: The familiar agricultural production presents important regional particularities, consequently its socioeconomic reproduction also becomes diversified, justifying the great social inequalities in the Brazilian agricultural way. It is possible to perceive that throughout the years, the familiar production if became a category kept out of society for not having access all the set of attributes that must follow the technological innovation. In this manner, also the difficulty is recognized that the familiar producers have in if locating in the market, being the commercialization of its products the objective most difficult to reach. Thus, the present work presents an analysis on the paper of the agricultural associative as one of the strategies that the familiar producers use, in the fight for the permanence in the agricultural way it city of

Palmas-TO. For this, one searched to understand the agricultural development of the city, being analyzed the paper of the agricultural and agrarian politics for the familiar agricultural production, beyond understanding and characterizing the specified socioeconomic of the Community of Great Taquaruçu, as well as the insertion of the familiar agricultural production in the Palmas-TO by means of the associative.

Key Words: familiar agricultural, rural associativism, rural community, Palmas.

Introdução

A partir da década de 1960, com o novo pacote tecnológico inspirado na Revolução Verde, à agricultura brasileira vem se consolidando em função do novo alcance da fronteira agrícola e utilização de novas tecnologias como maquinário, fertilizantes e defensivos, algumas regiões brasileiras iniciam um intenso processo de modernização por meio das políticas públicas implementadas pelo Estado.

Dentre os fatores que impulsionaram a transformação e a expansão da agricultura no Brasil podem-se considerar como relevantes o escasseamento das terras disponíveis para a agropecuária no sul e sudeste do Brasil; a necessidade crescente de incremento das safras agrícolas; a diversificação do parque industrial, que exigia maior diversidade e quantidade de matéria-prima e a crescente urbanização entre outros.

Deste modo, a agricultura brasileira, além do crescimento extensivo, passa apresentar também crescimento intensivo, que foi evidenciado, respectivamente, pelo alcance de novas fronteiras agrícolas com a incorporação das áreas de cerrado e pela utilização de novas tecnologias. Cultivos que até então não eram comuns em certas regiões, como é o caso da soja, foram introduzidos substituindo o antigo padrão praticado nas áreas de cerrado: pecuária extensiva e produção de alimentos básicos.

Assim, a modernização agrícola por um lado inseriu determinadas regiões na nova dinâmica econômica do país como, por exemplo, a região Centro-Oeste e mais tarde a região Norte, fazendo com que essas regiões deixassem de ser simplesmente típicas regiões de “fronteira”. Mas por outro lado, é possível perceber o caráter “conservador” e excludente dessa modernização, pois nem todas as regiões alcançaram esse desenvolvimento de maneira homogênea. Em alguns locais o preço da terra aumentou

ocasionando conseqüentemente a concentração fundiária e de renda, agravando ainda mais a exclusão social no meio rural, e muitos outros problemas relacionados ao desenvolvimento urbano.

Algumas regiões, municípios e produtores rurais que se beneficiam desse processo de modernização foram aqueles que já possuíam infra-estrutura e produziam matérias-primas de acordo com as necessidades industriais, isto é, buscando atender o modelo econômico vigente. Neste contexto, é possível perceber que, ao longo dos anos, a produção familiar se tornou marginalizada por não ter acesso a todo o conjunto de atributos que devem acompanhar a inovação tecnológica.

Nas duas últimas décadas, a discussão sobre a produção rural familiar tem ganhado força devido à capacidade que essa categoria social possui em relação à geração de emprego e renda no meio rural. No entanto, também é reconhecida a dificuldade que os produtores familiares têm em se posicionar no mercado, sendo a comercialização de seus produtos o objetivo mais difícil de alcançar.

A produção rural familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, produz 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional e ocupam 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura, segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 1995/96). Por isso, essa categoria social é considerada uma alternativa eficaz de reduzir a migração do campo para a cidade, principalmente nos contextos em que demonstram a forte coesão entre o conjunto de agricultores, organizados nas mais diferentes formas, como comunidades, associações e cooperativas.

Nesse sentido, essa pesquisa analisa a importância do associativismo na comunidade rural de Taquaruçu Grande como uma das estratégias que os produtores familiares utilizam na luta pela permanência no meio rural. Para a realização desse trabalho, foi necessário um levantamento bibliográfico referente à produção rural familiar nos contextos socioespacial (local, regional e nacional), a partir da análise empírica de uma comunidade e associação.

O município escolhido para a realização da pesquisa é o de Palmas, capital do estado do Tocantins. O estado ainda se encontra em franco processo de transformação na organização sociopolítica e produtiva, e a inexistência de material atualizado, principalmente de fontes de referência bibliográficas acerca da temática ainda são bastante

escassos. Partindo desse pressuposto, percebemos a necessidade de estudos da realidade da produção rural familiar de algumas comunidades de produtores em escala local.

A escolha por uma associação se deu devido a uma maior proximidade com as suas lideranças, o que facilitou o contato e a obtenção de dados junto aos produtores associados, que totalizam um universo de 96 membros, dos quais foram entrevistados 36 que estão mais próximos da associação e que vivem da comercialização de seus produtos. A união dos mesmos, a formação da comunidade e o fato de todos os agricultores estarem organizados como produtores familiares foram outros fatores determinantes que auxiliaram na decisão de pesquisar a comunidade.

Considerando essas questões, o trabalho buscou responder se o associativismo seria realmente uma alternativa para o fortalecimento da produção rural familiar. Para isso, buscou-se compreender o desenvolvimento rural do município de Palmas, analisando o papel das políticas agrícolas e agrárias para a produção rural familiar, além de compreender e caracterizar as especificidades socioeconômicas da Comunidade de Taquaruçu Grande, bem como a inserção da produção rural familiar no município e Palmas por meio do associativismo.

A importância da produção rural familiar no contexto agrário brasileiro

Os estudos sobre a produção rural familiar mostram que a grande maioria dos países tem nesse segmento social, seja em menor ou maior importância, um sustentáculo do seu dinamismo econômico. No Brasil, esse contexto não é diferente. A discussão sobre tal tema tem ganhado importância nos últimos anos, mais precisamente a partir do final da década de 1980, impulsionada pelo debate sobre geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local e segurança alimentar.

Na perspectiva de fazer uma breve exposição da discussão teórica e conceitual em relação à produção rural familiar no Brasil cabe enfatizar que os trabalhos acerca do mesmo assunto são vastos na literatura acadêmica, sendo destacadas algumas considerações contemporâneas.

Em um primeiro instante, cabe destacar que a problemática da temática em questão se inicia com conceito ou a terminologia a respeito desse segmento. De acordo com Fernandes (2002), o conceito de agricultura familiar, exploração familiar, pequena produção, produção camponesa, agricultura de subsistência ou produção rural familiar, são utilizados em vários trabalhos acadêmicos, especialmente na área de Geografia Agrária, sem uma reflexão teórica mais precisa, apresentando várias divergências quanto à definição dos critérios que delimitam esse universo.

Existem diversas variáveis em relação à classificação dos termos em questão. Alguns autores consideram o grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, e até mesmo a relação estabelecida entre o tamanho da propriedade, produtividade e rendimento, para classificar os produtores em agricultores familiares, camponeses, pequenos produtores entre outros. Essa divergência ocorre principalmente por se tratar de um tema que aparentemente apresenta certa uniformidade, e por apresentar uma enorme capacidade de adaptação a diversas situações.

Alguns autores como Veiga (1991), Abramovay (1992 e 1999) e Lamarche (1997) enfatizam o fortalecimento da produção agrícola assegurado pela produção familiar, caracterizado pela participação direta da família na organização e execução das atividades rurais.

Em alguns locais a exploração familiar é a base do desenvolvimento agrícola, reconhecida como a única forma social de produção, capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, permanece arcaica e arraigada na economia de subsistência, desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada. (LAMARCHE, 1997, p.13).

“A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, em um processo que cria uma interligação entre propriedade, trabalho e família” (LAMARCHE, 1997, p. 5). Nesse caso, o autor aborda a exploração agrícola com força de trabalho familiar.

Abramovay (1992) desmitifica com o mito dominante na América Latina, em particular no Brasil, de que esse segmento social, bem como sua forma de reprodução, seja sinônimo de atraso e miséria social. O autor mostra a importância dessas unidades familiares para a modernização do campo e distribuição de renda nos Estados Unidos e

Europa. Um dos objetivos da obra é mostrar que os paradigmas a respeito do desenvolvimento da agricultura capitalista, não supõem necessariamente, unidades produtivas baseadas no uso em larga escala de mão-de-obra assalariada.

A "empresa familiar" não é sinônimo de "pequena produção" ou de "agricultura camponesa" (ABRAMOVAY, 1992). Nesse sentido, a existência do "campesinato" pressupõe um conjunto de vínculos sociais dados pela tradição, pela comunidade, pelas relações personalizadas de dependência e igualdade, e a integração incompleta e parcial no mercado,

onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta do comportamento dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses vêm desvanecer as bases objetivas de sua própria reprodução social. (ABRAMOVAY, p 56, 1992).

Tanto em nações economicamente desenvolvidas como a França e de colonização recente como Estados Unidos e Canadá, quanto em outras com antigas tradições camponesas, funciona um setor baseado em milhões de unidades agrícolas produtivas organizadas pelo planejamento, comando e controle do Estado e das organizações profissionais.

No Brasil, a grande propriedade sempre se impôs como modelo socialmente reconhecido. A dinâmica do mercado internacional e os produtos em alta na balança comercial, sempre ocuparam um lugar de destaque ao longo das políticas agrárias, que de certa, forma estimulou sua reprodução social. Para Wanderley (1999, p. 37), "a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade".

A produção rural familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira ao longo dos anos, através das monoculturas de exportação das grandes propriedades, dos ciclos econômicos e da modernização do campo, que se fez de maneira parcial e incompleta, o que de certa maneira promoveu a marginalização e a exclusão do agricultor, como afirma Graziano da Silva (1999).

Ao analisar a problemática agrária durante a década de 1980 e os primeiros anos de 1990, Gonçalves e Cleps Júnior (2004) destacam a modernização da região Centro-Sul, o fechamento da fronteira agrícola, a crescente presença do capital monopolista no campo, a

industrialização da agricultura e a integração dos capitais agrícola, comercial e financeiro como pontos marcantes da evolução dessa problemática.

O tema da questão agrária fugiu dos debates de opinião pública neste período, sobretudo em função da derrota política da reforma agrária, no final do Governo Sarney e durante o Governo Collor. Desde 1995, a questão agrária volta a ganhar ênfase, dado o aceno do governo federal em buscar alternativas políticas que atenuem a realidade socioeconômica da agricultura brasileira. (GONÇALES; CLEPS JÚNIOR, 2004, p. 06).

Nesse sentido, é a partir da década de 1990 que os trabalhos e pesquisas desenvolvidas em relação à produção rural familiar, tomam novo fôlego devido à necessidade de refletir e repensar o espaço rural, suas alternativas de desenvolvimento econômico e social, através do fortalecimento do movimento dos trabalhadores rurais que lutam pelo direito de reconquistar a terra, persistindo nas potencialidades que esse segmento apresenta.

Ao analisar a questão, Hespanhol (2000, p. 51) destaca a conjunção de vários fatores, “que em última análise, propiciaram o ambiente favorável ao reconhecimento da importância econômica e social dessas unidades produtivas”, destacando que é a partir desse período, “a produção familiar passa genericamente a ser denominada de agricultura familiar”.

No entanto, é preciso admitir diversas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos sociais, econômicos, políticos e principalmente regionais diferentes a respeito do tema. Como o próprio Lamarche (1997, p.15) afirma, “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”.

Dessa maneira, é possível destacar um diferencial social entre os produtores, como os modernizados e não modernizados, excluindo do processo um grande número de atores sociais, destacando entre eles os que compõem a produção rural familiar.

Nessa mesma linha de pensamento Graziano da Silva e Kageyama (1989), destacam também o contraditório desenvolvimento capitalista na economia brasileira, que é marcado por profundas disparidades regionais e crescentes desigualdades sociais principalmente em relação à distribuição de renda. E nesse sentido, a agricultura tem contribuído para agravar esses contrastes, promovendo a concentração fundiária e o uso especulativo da terra.

A modernização conservadora que ocorreu no Brasil a partir da década de 1960, caracteriza-se pela modernização da base técnica da produção agrícola, na qual estimulava a elevação do consumo de insumos agrícolas no setor, através da importação com o apoio do Estado, resultando de certa forma na integração agricultura/indústria, proporcionando dessa maneira, o desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais – CAIs (KAGEYAMA, et. al., 1999).

Dessa maneira, a modernização agrícola apresentou caráter parcial e discriminador, pois não atingiu todas as fases dos ciclos produtivos nem todas as regiões brasileiras em função da diversidade regional. Assim, é possível perceber que o processo de modernização agrícola que o país passou e vem passando, apresenta vários níveis quando se compara o perfil do produtor, acesso ao crédito, tipo de atividades agrícolas, produtividade e uso de insumos.

Esse modelo de modernização excludente e parcial só faz acentuar as diferenças sociais no campo, provocando de certa forma o êxodo rural do produtor familiar que, sem perspectivas de desenvolvimento econômico e social, tende a largar a terra para migrar para a cidade, ou então se transformar em trabalhador rural assalariado.

Espaço rural, produção familiar e caracterização socioeconômica do Estado do Tocantins

A questão agrária sempre apresentou grande importância no contexto socioeconômico brasileiro, tendo em vista a grande concentração fundiária remanescente do tipo de colonização pela qual o país passou.

A monocultura, o trabalho escravo e o regime de distribuição de terras através das sesmarias (grandes glebas de terras que eram distribuídas pela Coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção), juntamente com vários outros fatores, deu origem ao que hoje conhecemos por latifúndio.

A antiga região norte de Goiás, que hoje corresponde ao atual Estado do Tocantins, não fez necessariamente parte das distribuições de terras pelo regime de sesmarias. A região era habitada por índios divididos em grupos: Acroás, Xacriabás, Xavante, Canoeiros,

Grajaú, Apinayé, Krahô, Xambioá, Xerente, Karajás e Javaés. Essa população indígena teve um papel fundamental no processo de colonização, pois serviram de guia, canoeiro, guerreiros, caçadores e pescadores. Atualmente², seis nações indígenas habitam as áreas demarcadas dentro do estado do Tocantins.

O Tocantins foi criado em 1988 pelo desmembramento de cerca de 40% do território de Goiás (o antigo norte que era a parte menos desenvolvida do estado), através do discurso de suas lideranças que afirmavam que a separação estimularia o desenvolvimento da região.

Por um lado, o Estado apresenta um grande potencial natural, com terras favoráveis à agropecuária, e grandes rios para escoamento das safras, porém o crescimento econômico estadual ainda é modesto. A infra-estrutura, de várias cidades é incompleta e precária, inclusive da capital, Palmas. A principal via de transporte rodoviário é a BR-153 (Transbrasiliana ou Belém-Brasília). Porém, os mais graves problemas do estado são os sociais, como a grilagem e a concentração da posse da terra, origem de violentos conflitos no campo.

Esses problemas ainda são a causa de graves conflitos envolvendo fazendeiros e posseiros. Na região do Bico do Papagaio, no norte do estado, o problema é grave, com frequentes emboscadas e mortes. As principais atividades econômicas do estado são a pecuária e a agricultura.

Ao longo dos anos, o ouro, a pecuária e mais recentemente as estradas e a exploração do solo com a intensificação da agricultura, modificaram drasticamente a paisagem.

A agricultura sofreu significativas mudanças após a década de 1960 que, por meio da modernização, proporcionou profundas modificações no campo brasileiro. A partir de então a agricultura, além de apresentar um crescimento extensivo, apresenta também um crescimento intensivo, o que é evidenciado, respectivamente, pelo alcance de novas fronteiras agrícolas e pela utilização de novas tecnologias, como máquinas, fertilizantes e defensivos químicos, mesmo que esse processo de modernização tenha se apresentado de maneira desigual em todo território brasileiro.

Dentre os fatores que impulsionaram a transformação e a expansão da agricultura brasileira, podem-se considerar como relevantes o escasseamento das terras disponíveis para a agropecuária no sul e sudeste do Brasil; a necessidade crescente de incremento das

safras agrícolas; a diversificação do parque industrial, que exigia maior diversidade e quantidade de matéria-prima e a crescente urbanização.

Neste contexto de reestruturação do espaço agrário nacional, a região Norte passa a integrar a nova dinâmica econômica do país, passando a ser uma região de “fronteira”.

Nas últimas décadas, o avanço do capitalismo no campo, principalmente a partir da década de 1960, só fez aumentar essa concentração fundiária. A chamada modernização dolorosa ou excludente (GRAZIANO DA SILVA, 1999) serviu principalmente para modernizar a grande propriedade, que sempre esteve voltada para a balança comercial a qual privilegia os produtos para exportação.

A pequena e média propriedade não foi incorporada a esse processo de modernização, não houve política agrícola direcionada a esses agricultores que foram excluídos do crédito e da comercialização, os quais se fragilizaram mediante as dificuldades, promovendo o grande êxodo rural em meados da década de 1970 e 1980.

Esse modelo capitalista em favor da grande propriedade proporcionou, mais tarde, uma grande especulação de terra para os grandes grupos econômicos, ressalta Cardim (1995) que sem vínculo com a atividade rural ocuparam a ex-futura fronteira agrícola das regiões Norte e Centro-Oeste, promovendo o processo de agroindustrialização do campo (KAGEYAMA, 1990).

Caracterização socioeconômica do Estado do Tocantins

O setor de serviços é o principal segmento econômico do Estado com participação de 52% no produto interno bruto, como mostra a tabela 1, em seguida vem às atividades agropecuárias e por último o setor industrial, com 8.6% de participação. Esses dados demonstram o quanto o setor secundário se apresenta incipiente no contexto da economia estadual, “confirmando que as atividades econômicas do Estado estão voltadas para a agropecuária” (BARBOSA, 1999, p. 119).

Tabela 1 - Estado do Tocantins: participação dos setores da economia no PIB estadual em 1999

Participação dos Setores no PIB	PIB do Estado US\$	%
Produção Animal	367.405,00	32,9
Produção Vegetal	70.355,00	6,3
Indústria	95.760,00	8,6
Serviços	581.752,000	52,2
PIB Total (US\$1.000)	1.115.245,00	100,00

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Tocantins/ SEPLAN-TO/DPI, 2004. Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

O estado é também produtor de arroz com 384.085 mil toneladas por ano (2003), soja com 376.486 mil toneladas, mandioca 343.366 mil toneladas, melancia 301.470 mil toneladas e outras culturas conforme a tabela 2.

Tabela 2 - Estado do Tocantins: principais culturas, área colhida e produção em 2003

Culturas	Área colhida (ha)	Produção (t)
Arroz	139.465	384.085
Soja	152.888	376.486
Mandioca	14.706	343.366
Melancia	6.009	301.470
Cana-de-açúcar	2.716	155.857
Milho	68.288	141.491
Banana	5.016	36.332
Abacaxi	1.831	40.392 (frutos)

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Tocantins/ SEPLAN-TO/DPI, 2004. Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

A fruticultura tem conquistado destaque no Tocantins, principalmente com a produção de melancia, que em 2003 era cultivada em uma área de 6.009 hectares, com safra de 301.470 toneladas, e crescimento de 93.6% no período entre 1998/2003 como mostra a tabela 10. A produção de banana com uma área de 5.016 hectares cultivados e 36.332 toneladas de produção, também apresentou significativas taxas de crescimento – 59,9% - no mesmo período, conforme a tabela 3.

O abacaxi também é outra cultura que também vem ganhando expressividade, cultivado em uma área de 1.831 hectares, apresentando safra de 40.392 em 2003, a um crescimento anual de 7,21% .

Tabela 3 - Estado do Tocantins: médias anuais de crescimento dos principais produtos agrícolas em 2003

Produto	Período	Taxa Média Anual de Crescimento
Melancia	1998/2003	93,62
Banana	1998/2003	59,93
Sorgo	1998/2003	49,63
Soja	1998/2003	25,06
Milho	1998/2003	8,79
Abacaxi	1998/2003	7,21
Arroz	1998/2003	4,44
Cana-de-açúcar	1998/2003	4,07

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Tocantins/ SEPLAN-TO/DPI, 2004.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

Em 2003 a pecuária bovina de corte destacou como uma importante atividade econômica no estado que possui o segundo maior rebanho da região Norte, com 7.659,743 cabeças de gado, merecendo destaque também as aves e os suínos (Tabela 4).

Tabela 4 - Estado do Tocantins: efetivo rebanho em 2003

Rebanhos	Total do Estado
Bovinos	7.659.643
Suínos	236.184
Bubalinos	16.732
Eqüinos	158.593
Asininos	15.831
Muares	57.668
Ovinos	64.624
Caprinos	24.164
Aves	3.271.391

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Tocantins/ SEPLAN-TO/DPI, 2004.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

Na pauta de exportações, percebe-se que os produtos agropecuários representam mais de 50% das vendas, o que demonstra a importância do setor primário na economia estadual,

mas por outro lado demonstra o deficitário setor secundário e conseqüentemente os baixos índices de industrialização que o estado apresenta como já foi mencionado na tabela 4.

Os produtos que mais se destacam no contexto das exportações de acordo com a tabela 5, são a soja, representando 87,9% das vendas, seguida da carne e derivados com 11,4%.

Tabela 5 - Estado do Tocantins: principais produtos de exportação em 2003

Produtos Exportados	Total	%
Soja	40.070.772	87.91
Carnes e derivados	5.206.073	11.42
Abacaxi	242.496	0.53
Outros	61.622	0.14
Total	45.580.963	100.00

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Tocantins/ SEPLAN-TO/DPI, 2004.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

Nesse sentido, observa-se que as atividades agropecuárias ocupam lugar de destaque na economia do estado. De acordo com Barbosa (1999, p. 119) “o PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) tem apresentado resultados favoráveis no Tocantins”. A primeira fase do programa foi desenvolvida em Irai de Minas (MG) no período de 1979 a 1984, a segunda em várias cidades de Minas, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1985 a 1993, a terceira iniciou em 1995 a 2001 nos município de Pedro Afonso (TO), localizada a 200 km ao norte de Palmas, e em Balsas (MA).

O PRODECER é 51% financiado pelo capital estrangeiro e 49% pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Japan International Cooperation Agency) JICA. “Os objetivos do programa é selecionar e financiar a compra de terras, equipamentos e insumos e a construção de casas e galpões”. (BARBOSA, 1999, p. 120).

No estado do Tocantins, desde 1999 um acordo entre a JICA e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), juntamente com outros órgãos, visa estabelecer um padrão tecnológico para a viabilização do PRONAF por meio do PROJETO FORTER - Fortalecimento da Extensão Rural, que conta também com a parceria RURALTINS e UNITINS.

O principal objetivo do PROJETO FORTER é a promoção do desenvolvimento sustentável da pequena agricultura no estado do Tocantins mediante a adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo de intervenção no meio real, que busca favorecer a utilização de inovações tecnológicas e sociais pelos pequenos produtores.

O PROJETO FORTER baseia-se em metodologia semelhante à implementada pela Embrapa no Projeto Silvânia³ em Goiás. A outra metodologia proposta é preconizada pelo Instituto de L'Élevage da França, denominada Redes de Referências para a Agricultura Familiar.

As Redes serão distribuídas no Estado do Tocantins em quatro territórios (1-Bico do Papagaio, com sede no escritório do RURALTINS em Araguatins; 2-Centro-Norte, sede em Guaraí; 3-Centro, sede em Porto Nacional; e 4-Sul-Sudoeste, sede em Alvorada), selecionados por técnicos da Secretaria da Agricultura, SEPLAN, RURALTINS, UNITINS, Embrapa e outros pelos tipos de produtores existentes, os recursos naturais disponíveis (principalmente solo) e a organização social.

De acordo com a UNITINSAGRO, a nível estadual haverá uma coordenação composta por técnicos da Secretaria da Agricultura, RURALTINS e UNITINS, as quais tentarão garantir o funcionamento de todas as redes.

Neste sentido, é necessária a gradativa remoção do desafio representado pela ausência da referida interação entre as agências responsáveis e os atores sociais, no sentido de iniciar, ampliar e consolidar, maneiras inovadoras de promover o envolvimento dos pesquisadores, agricultores e demais agentes, direta ou indiretamente vinculados, ao delineamento de ações relevantes, que possam favorecer o desenvolvimento local por meio dos estabelecimentos rurais familiares, uma vez que se constituem a maioria no estado do Tocantins como demonstra a tabela 6, onde o número total dos estabelecimentos familiares representam 75% do universo total dos estabelecimentos estaduais.

O que se verifica no Tocantins é uma estrutura fundiária não muito diferente do que ocorre no restante do país, isto é, concentrada, onde a categoria familiar ocupa a maior parte dos estabelecimentos, porém, quando se trata da distribuição de terras esse segmento é superado pela categoria patronal, conforme os dados da tabela 6.

O segmento familiar é representado por 34.521 estabelecimentos rurais correspondendo a 76,9%, ocupando uma área de 31% do total de hectares, enquanto a categoria patronal possui 7.956 estabelecimentos, isto é, apenas 17,7% dos estabelecimentos totais ela ocupa uma área correspondente a 64% dos hectares.

De maneira geral, de acordo com Mendes (2005), pode se afirmar que a produção rural familiar apresenta duas realidades distintas. De um lado, existem as explorações familiares empresariais, que se caracterizam por apresentarem elevada capacidade de inovação tecnológica, possibilidade de atendimento das necessidades do mercado, elevada produtividade e serem criadas pelo Estado capitalista. De outro lado, existe a pequena agricultura de subsistência, assentada na prática da policultura, sob técnicas tradicionais de cultivo que recorrem ao mercado para comercializar o seu excedente produtivo.

Em 2006, 35 mil famílias estavam inscritas no PRONAF⁴. Cerca de 14 mil já foram beneficiadas com vários tipos de empréstimos oferecidos pelo programa, com juros que variam de 2% a.a. (para famílias de assentamentos) até 7,5% a.a. (para os agricultores com renda de até R\$ 60 mil anuais), bem abaixo do que é cobrado em outras linhas de crédito rural, que costumam ter juros, em média, de 9% a. a. Se pagar em dia, ainda pode obter 25% de desconto nos juros. De acordo com os dados do PRONAF (2006), a região do extremo norte do estado, conhecida como O Bico do Papagaio é região com maior número de famílias cadastradas no PRONAF.

A mandioca e o arroz são os principais gêneros agrícolas financiados pelo programa. Mas, a situação do estado quanto ao repasse de recursos para o agricultor tocantinense ainda é incipiente. De acordo com o secretário executivo do programa, o Tocantins participa com apenas 3% da fatia do PRONAF. Em relação aos recursos, tanto as autoridades quanto produtores rurais concordam com a demora na sua liberação pelo Governo Federal.

De acordo com a pesquisa de campo⁵ na RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins), foi enfatizado o apoio ao acesso tecnológico à agricultura familiar, através da parceria com o Banco do Brasil Tocantins, com o objetivo em oferecer apoio técnico-financeiro a produtores rurais, diretamente ou por meio de suas cooperativas e

associações, e para as micro, pequenas e médias agroindústrias, que estejam inseridas nas cadeias do agronegócio dos diversos produtos da região.

A idéia é proporcionar ações integradas de capacitação, preservação ambiental, assistência técnica, implantação, manutenção e ampliação das atividades agropecuárias no estado do Tocantins. Possibilitar a concessão de financiamentos de custeio, de investimento e de comercialização significa aumentar a competitividade e a sustentabilidade da agropecuária tocaninense. São incentivadas culturas de arroz, milho, mandioca, feijão e outras que sejam economicamente viáveis. Através do crédito é possível adquirir matrizes e reprodutores bovinos, caprinos, ovinos e suínos, além de insumos agrícolas, máquinas e equipamentos. Para cada finalidade estão disponibilizadas diferentes linhas de crédito do Banco do Brasil.

Tabela 6 - Estado do Tocantins: número de estabelecimentos, área e renda por estratos de área, categorias familiares e patronais

Categorias	Totais		Menos de 5 ha		Entre 5 e 20 ha		Entre 50 e 100 ha		Mais de 100 ha	
	Número	ha	Número	ha	Número	ha	Número	Ha	Número	ha
Total Familiar	34.521	5.328.131.220	3.520	3.826	2.407	31.795	6.612	504.621	15.002	4.532.347
Maiores rendas	3.959	1.056.596.072	37	84	102	1.377	674	51.706	2.700	986.418
Renda média	11.139	1.933.562.571	269	652	527	7.186	2.407	183.279	5.749	1.660.886
Renda baixa	8.484	1.026.500.548	919	1.211	708	9.638	1.763	134.869	3.016	805.690
Quase sem renda	10.939	1.311.472.029	2.295	1.879	1.070	13.594	1.768	134.767	3.537	1.079.353
Patronal	7.956	10.732.605.857	14	34	79	1.054	425	33.273	7.207	10.689.669
Instituições Religiosas	14	16.273.400	2	8	2	39	1	87	9	16.038
Entidades Públicas	2.419	688.705.871	167	362	118	1.639	433	33.373	822	620.347
TOTAL	44.910	16.765.716.348	3.703	4.230	2.606	34.527	7.471	571.355	23.040	15.858.401

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Elaboração: INCRA/FAO.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

O estado do Tocantins está recebendo incentivos para geração de renda, comercializando seus produtos diretamente para o governo do Estado, dentro do programa federal Compra Direta Local. São cerca de 800 produtores rurais e 167 entidades de 30 municípios que puderam contar com R\$ 2,5 mi (US\$ 1.086 mil)⁶ ao ano (2006), para o plantio de culturas como banana, arroz, feijão, mandioca e coco, leite produtos de fácil consumo. Os recursos foram disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, na ordem de R\$ 2 milhões (US\$ 869 mil) com contrapartida do governo estadual, de R\$ 230 mil (US\$ 1.000 mil).

Foram contemplados 25 municípios da Região do Bico do Papagaio, além de Palmas, Porto Nacional, Santa Tereza do Tocantins, Aparecida do Rio Negro e Lagoa do Tocantins. Os produtores recebem capacitações e oficinas para o manuseio das culturas e assistência técnica dos técnicos da RURALTINS.

Os alimentos comprados são doados aos programas sociais como os Pioneiros Mirim e Pastoral da Criança. É necessário que o município instale o COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional), obedecendo às normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para ter acesso ao benefício o interessado deveria se enquadrar nas linhas A e D do PRONAF, devendo ser assentado ou ter mais de 70% da produção provenientes da agricultura familiar ou de subsistência.

De acordo com o Jornal Conexão⁷, mais uma etapa do Programa Quintal Verde foi executada. Com o objetivo de implantar 15 mil hortas caseiras, 400 comunitárias, 500 escolares e 70 hortas de estufa com sistema de irrigação, o programa é realizado pelo governo do Estado, por meio da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (ITERTINS), já atendeu em 2004, cerca de 33 mil famílias e 150 mil alunos nas escolas, nos municípios da região do Jalapão.

Além da entrega de “kits” caseiros e comunitários para hortas como sementes de alface, cebola, couve e tomate para os agricultores familiares, os técnicos do RURALTINS acompanham as hortas com assistência técnica gratuita e orientação aos produtores familiares, no preparo dos canteiros, manejo adequado e comercialização.

Por um lado as ações acontecem em parceria com prefeituras municipais, associações cooperativas e com a comunidade em geral, através dos escritórios regionais e municipais do RURALTINS, beneficiando os 139 municípios do estado. Por outro é possível perceber que os

esforços das agências públicas e privadas não têm permitido a realização de uma interação dinâmica entre as instâncias de concepção e usufruto da atividade técnico-científica, capaz de potencializar a comercialização e a sustentabilidade da produção familiar.

O associativismo rural: breves considerações

Antes de iniciar a análise da comunidade pesquisada, se faz necessária à discussão sobre o associativismo, considerando que o trabalho será desenvolvido em uma associação de pequenos produtores rurais. Sendo assim, serão apresentadas algumas definições de associativismo, bem como de associativismo rural.

Para Ricciardi e Lemos (2000), o associativismo rural pode ser entendido, como um instrumento de luta dos pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. Uma associação não é somente uma organização de pessoas com objetivos comuns para proporcionar uma melhor reprodução econômica de seus sócios, mas sim uma organização mais complexa com objetivos também de caráter social, desempenhando importantes e complexas funções por meio de estatutos e regimentos.

A expressão associativismo designa por um lado à prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns. (RICCIARDI; LEMOS, 2000, p. 82).

De acordo com a definição apresentada, associação é uma organização social de pessoas com um objetivo definido. Deve-se colocar que ninguém é obrigado a estar associado a nenhuma associação, sendo esta de livre participação. Outra característica da associação é sua organização interna, com diretoria e conselho fiscal, subordinado a uma assembleia geral.

Portanto, pode-se concluir que uma associação é uma sociedade civil que não possui fins lucrativos, onde os indivíduos se organizam para atender aos seus interesses, de forma democrática. Ela existe porque os associados possuem um objetivo comum, e trabalham em grupo para a realização desse objetivo.

Outra característica que as associações possuem é que o objetivo de grupo deve ser mais importante que os objetivos individuais, sob pena de inviabilizar a existência da mesma. As

associações não possuem um dono definido, todos os associados são responsáveis pela gestão e organização da mesma.

É muito comum a confusão entre a associação e a cooperativa. Nesse tocante pode-se afirmar que a cooperativa, de acordo com Ricciardi e Lemos (2000) diferentemente da associação é uma empresa.

A cooperativa é considerada uma sociedade ou empresa constituída por membros de um determinado grupo econômico ou social, que conjugando esforços e recursos, visa promover a elevação dos padrões de qualidade de vida dos que se associam sob suas regras, prestando efetivo serviço às suas comunidades e a própria sociedade. (RICCIARDI; LEMOS, 2000, p. 60).

Pelas definições, a diferença entre as duas está na geração de renda, ou seja, enquanto a associação não possui a finalidade de geração monetária, a cooperativa possui objetivos econômicos. Além desta, a cooperativa é uma empresa, ao passo que a associação é apenas uma reunião social.

Neste trabalho, será analisado o associativismo rural. Esse tipo de associação possui uma característica particular: ela deve ser administrada pelos próprios agricultores. Para Bezerra (2003, p. 51), “a confiança e a participação são os princípios básicos do associativismo rural”. Para a autora, a confiança se faz necessária para manter a união entre os produtores associados e a participação é o que vai garantir se os benefícios da organização da associação serão válidos ou não.

A trajetória de uma comunidade: tradições, cultura e origem da Associação dos Pequenos Produtores Familiares de Taquaruçu Grande

A área rural do município de Palmas é dividida em seis regiões⁸ rurais onde a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAGRI) atua. Além dessas seis regiões, a Secretaria Municipal de Palmas atende também uma região que pertence ao município de Porto Nacional, com três associações, trabalhando em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Nacional no atendimento dessas associações.

De acordo com o funcionário entrevistado da SAGRI de Palmas (Daniel Rodrigues de Araújo), geralmente as associações possuem o nome da região onde se localizam. Essa

nomenclatura é feita para facilitar a localização de cada associação, servindo como ponto de referência quando é citada.

No município, estão presentes 29 associações de produtores e 3 cooperativas sendo que as mais atuantes são as associações. Dentre elas, as Associações de Taquaruçu Grande, dos Criadores de Cabras e de Santa Fé, sendo as mais importantes e as que mais desenvolvem trabalhos em favor das comunidades.

Para a SAGRI, essas associações contribuem para o desenvolvimento da agricultura local, pois muitos pequenos produtores que são associados das mesmas não possuiriam condições para plantar e colher individualmente. Esse modelo de associativismo, que ajuda na obtenção de empréstimo e no acesso a implementos e técnicos, beneficia os produtores que não possuem meios para alcançar essas ferramentas de auxílio na produção. Com isso, o modelo de associativismo praticado auxilia no ingresso desses agricultores no mercado da cidade diminuindo a marginalização deste frente ao processo produtivo local.

De acordo com o quadro 1, a associação mais numerosa é a dos Chacareiros do Setor Santa Fé – ACHASFE. Esse grande número de associações nos faz refletir sobre a importância que tais organizações desempenham na reprodução econômica e social dos produtores rurais da região.

As experiências associativistas têm, como objetivo a inserção desses atores sociais no processo de desenvolvimento econômico social, uma vez que a pequena produção é marginalizada e por vezes excluídas dos programas de desenvolvimento. Assim, as associações surgem, como alternativa e necessidade de inclusão dessa camada social que há tanto necessita de oportunidade e orientação diferenciada da grande produção.

É nesse cenário que se discute as resistências sociais e políticas, tanto à reforma agrária quanto à opção por uma política de apoio e difusão da produção familiar. O que se verifica nos dias atuais, é que os planos governamentais, visando implantar uma agricultura de mercado, se contrapõem à realidade.

O avanço da fronteira agrícola para os Cerrados e Amazônia trouxe a ampliação da área produtiva e a inserção do território tocantinense na economia nacional, porém tardiamente de forma descontínua e marginal. A incorporação do Estado à economia de mercado gerou de certa forma desenvolvimento na área de transportes, ampliação da rede urbana, entre outros, mas representou também, o aumento dos problemas fundiários, que tem acirrado regionalmente as

Produção familiar e associativismo: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande - Palmas (TO)

contradições sociais, demandando do poder público atenção especiais à legalização das terras (AJARA et. al. 1991).

Nesse sentido, o Estado de Tocantins tem sido palco deste processo de “re-invenção” ou “recriação” do rural através da luta pela terra (AJARA, et. al. 1991, p.12). Desde que o estado foi criado, em 1989, o sonho de muitas pessoas em possuir um “pedacinho de chão”, ter onde morar e o que comer, tem alimentado os movimentos de reivindicação não só pela terra, mas também alternativas para nela permanecer.

[Ver se é possível completar com o texto seguinte](#)

Produção familiar e associativismo: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande - Palmas (TO)

Quadro 1 - Palmas-TO: associações rurais por regiões administrativas em 2006

ASSOCIAÇÕES RURAIS DE PALMAS		
REGIÃO	ASSOCIAÇÕES	SÓCIOS
TAQUARUÇU GRANDE	Ass. Pequenos Produtores Familiares de Taquaruçu Grande	96
	Ass. dos Chacareiros do Setor Santa Fé - ACHASFE	200
	Ass. dos Criadores de Cabras –ASCABRAS	12
	Ass. dos Pequenos Agricultores de Taquaruçu 2º Etapa	30
	Ass. dos Pequenos Agricultores do Loteamento Coqueirinho – APALCO	50
	Ass. dos Moradores do Loteamento Irmã Dulce 1º e 2º Etapa	SI
BURITIRANA	Ass. dos Agricultores do PA Entre Rios I	70
	Ass. dos Pequenos Agropecuários do PEA Entre Rios II	44
	Ass. de Moradores de Boa Vista do Tocantins	30
	Cooperativa Agrícola e Pecuária Santa Fé da União Ltda	30
	Cooperativa dos Apicultores de Palmas – COOAP	SI
JAÚ	Ass. dos Pequenos Produtores da Região do Landi – Jaú	36
	Ass. dos Chacareiros do Vale da Serra	37
	Ass. Dos Chacareiros – Jaú 6º Etapa	SI
	Ass. dos Pequenos Agricultores do Brejo Comprido	22
	Associação do Vão do Lajeado	41
	Ass. Palmense de Produtores Rurais	48
BOA ESPERANÇA	Associação dos Produtores Rurais da Nova Aliança	28
	Associação dos Produtores Rurais da Região do São Silvestre	60
	Associação dos Produtores Rurais do Mato Verde	23
	Ass. dos Produtores Rurais do Vale do Piabinha – AVAP	32
TAQUARUÇU	Ass. dos Produtores Rurais do Vale do Mutum – AVATUM	60
	Ass. dos Agricultores Francisco Galvão	32
	Ass. dos Produtores Rurais da Serra do Taquaruçu	40
SÃO JOÃO	Cooperativa da Bacia Leiteira do São João	30
	Ass. dos Assentados da Fazenda São João	108
	Associação dos Assentados do São João II	60
	Associação Reassentamento do Prata	70
	Ass. dos Produtores Rurais da Região São João	80
PORTO NACIONAL	Associação dos Chacareiros do Reassentamento Luzimangues	SI
	Associação Vão do Lajeado	SI
	Associação Rural Fazenda Nova	SI

O município de Palmas foi constituído do desmembramento territorial dos municípios de Porto Nacional e Taquaruçu do Porto. A área foi escolhida pela empresa “Grupo Quatro” que projetou a capital, correspondendo a uma área de 90 quilômetros por 90 quilômetros, localizada entre as Serras do Carmo e Lajeado, a qual era ocupada somente por fazendas, e por um povoado chamado Canela, localizado à margem direita do rio Tocantins (BARBOSA, 1999).

As propriedades que fazem parte da Associação dos Pequenos Agricultores Familiares de Taquaruçu Grande estão, na sua totalidade, localizadas a partir do Km 5 da rodovia TO-020, sentido Palmas – Aparecida do Rio Negro. Todas as propriedades estão localizadas na área de preservação ambiental - APA Serra do Lajeado que foi implantada para proteger os mananciais, o bioma cerrado e o Parque Estadual do Lajeado, criado em 2001.

A Associação dos Pequenos Produtores de Taquaruçu Grande foi fundada em 14 de setembro de 1991, praticamente junto com a fundação da cidade Palmas, em 1989. O nome da associação foi escolhido em função do rio “Taquaruçu Grande” que passa pela região, e o objetivo de sua fundação, de acordo com o senhor Salomão Pereira de Freitas (56 anos), atual presidente,

é de unificar todos os produtores, para que juntos possamos melhorar nossa condição de vida. Através da associação tudo fica mais fácil, como pegar um financiamento, ter assistência técnica da Secretaria Municipal da Agricultura. É, o objetivo é unificar mesmo E tem unificado, aqui a gente vive em comunidade, todos se ajudam, a gente faz festas(...) aqui todo mundo é parente de alguém.

De acordo com o presidente, e a partir dos depoimentos de outros sócios que foram entrevistados, a Associação vem atendendo as necessidades da comunidade, principalmente na questão do financiamento.

A Associação ajuda muito pro financiamento, abra as porta pra gente. Só a questão da assistência técnica que é meio complicada, mas aí também não depende dela, depende do pessoal da RURALTINS⁹, e aqueles lá são difícil. Um dia não vem porque não tem carro, outro é porque não tem gasolina no carro, aí você fala eu te busco depois te levo, aí eles falam que não pode, que só pode vim no carro da RURALTINS. E você sabe né, essas coisas de plantação, não pode demora (Sr. Ivo José de Abreu Souza, 60 anos).

A associação possui sede própria que é chamada de “Chapéu de Palha” onde acontecem às reuniões todo segundo domingo do mês às 15:00 horas.

A sede é simples, porém é muito útil aqui é onde a gente resolve tudo à da nossa associação (...) esse terreno a gente conseguiu da prefeitura, e ali no fundo a gente quer fazer um galpão, como se fosse uma feira permanente, aí as pessoas pode vim da cidade compra aqui, diretamente com a gente por um preço melhor.

A Associação possui estatuto próprio e uma diretoria composta por: presidente, vice-presidente, secretário, vice-secretário, tesoureiro, vice-tesoureiro e conselho fiscal, constituído por seis membros. As exigências para participar é ser produtor rural, estar em dia com a frequência. Em relação ao pagamento de taxas, não existe nenhuma mensalidade formal, a contribuição é voluntária sem valor fixo, assim cada sócio contribui quando e como puder.

Todos os sócios são proprietários de terras, e os laços de amizade entre a maioria deles precedem à fundação da associação, pois algumas pessoas já moravam na região muito antes da construção de Palmas. As relações de troca e amizade também prevalecem entre as outras associações, que lutam por objetivos comuns.

As relações de parentesco também são fortes na comunidade, e se reproduzem com os casamentos entre os filhos. Todos se conhecem e as histórias das famílias se misturam.

Aqui todo mundo é parente de alguém, ce vai vê... um filho do fulano, o outro é irmão, o outro tio, primo, cunhado... aqui a gente ta entre família (Sr. Salomão Pereira de Freitas, presidente da Associação).

Em toda comunidade há uma predominância da religião católica. Ao lado da sede da associação, foi construída uma igreja, com recursos dos próprios moradores da região em parceria com a prefeitura municipal, onde todos os domingos às 19:00 são realizadas as missas.

Em relação às festas e celebrações de cunho religioso, a comunidade segue a risca os festejos tradicionais, como dia de Santo Antônio, Sábado de Aleluia, festejos de São João, procissões e outros. As festas são tanto realizadas ao lado da Igreja na sede da associação, quanto nas propriedades, e todos ajudam nos preparativos, chegando até mesmo a ter grupos organizados para desempenhar determinadas tarefas.

As festas são ótimas reúne toda a comunidade. Principalmente aqueles amigos que moram mais distante e também sempre vem pessoas de outras comunidades, e também um monte de gente da cidade. A gente encontra todos os amigos são muito boas (Ivanilde Abreu Souza – filha de produtor).

No entanto, alguns moradores mais antigos da região descrevem que as festas já não são mais as mesmas e que os jovens gostam só das festas, não gostam de rezar. *“Eles não levam a sério os festejos religiosos”* (Sr. Antônio Messias. 68 anos).

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que esses produtores rurais não vivem isolados sem ter que o fazer, somente trabalhando no dia-a-dia da roça. Pelo contrário, eles possuem uma vida social ativa através dos fortes laços de amizade entre eles, e mesmo quando não há festas se ajuntam para “limpar o milho”, ou pra fazer um doce ou mesmo pra jogar conversa fora.

Organização rural/agrícola e reprodução socioeconômica dos produtores de Taquaruçu Grande

No Brasil, a predominância da produção familiar passa assumir relevância ainda maior em decorrência da negligência do Estado em relação a esse sujeito social, principalmente quando comparado com as experiências dos países desenvolvidos. No entanto, a partir da década de 1990 a condução das políticas agrícolas brasileiras mudam completamente tomando um novo caminho.

Pressões exercidas de órgãos internacionais como o Banco Mundial, com vistas à redução da pobreza nos países subdesenvolvidos e pelos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, na reivindicação de uma reforma agrária assentada na produção familiar, ganharam respaldo político, na medida em que o Estado optou pela agricultura familiar ao reconhecer a superioridade competitiva dessa forma de organização da produção (HESPANHOL, 2000).

Para Martins (2003, p. 177), os conflitos de terras libertaram um sujeito social, o produtor familiar, que estava marginalizado pelo sistema vigente. O “aparecimento” desse sujeito obrigou o Estado à “reconhecer a identidade desse produtor familiar como protagonista de um projeto economicamente viável”.

A luta pela terra é um processo social, político e econômico que abrange um conjunto de transformações no campo, redistribuindo a propriedade da terra e o poder, redirecionando e democratizando a participação da população rural no conjunto da sociedade brasileira. A luta social pela realização de uma reforma agrária está baseada em primeiro lugar, na busca de instrumentos que gerem emprego e renda, criando melhores condições de vida no meio rural.

Sauer (2003) cita que as experiências de luta e de acesso a terra, além de garantir bem estar social e melhoria das condições de vida, são também impulsionadoras de transformações culturais, simbólicas e representacionais. Este processo social gera valores e representações sociais, dando novas perspectivas ao mundo rural, permitindo inclusive transformações nas relações com o meio ambiente, com o lugar e entre as pessoas.

Assim, a luta pela terra passa a ser também a luta por uma identidade, por um lugar, transformando as conquistas em processos de apropriação de territórios, passa a ser a luta por novos valores culturais no meio rural, por reconhecimento e oportunidades para esses atores sociais que há muito vem sendo considerados “invisíveis” pela sociedade.

Dessa maneira, os movimentos sociais rurais não podem ser compreendidos de maneira arcaica como se fosse uma volta ao passado, eles são a forma que essa categoria social tem encontrado para reivindicar suas necessidades no contexto das transformações sociais e econômicas que o campo brasileiro vem passando.

Os movimentos sociais de luta pela terra têm incorporado outros valores que possam sustentar o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos ou comunidades rurais, como reivindicação por escolas, infra-estrutura, melhores condições de vida, garantia de comercialização dos produtos entre outros.

Em sua forma de reprodução social, a Comunidade de Taquaruçu Grande, por meio da Associação juntamente com as outras associações do município de Palmas, tem buscado implantar estratégias que sejam de objetivo comum a todos os produtores familiares, como, a reivindicação para a realização da “Feira do Produtor”, que é uma feira exclusiva para membros de todas as associações de Palmas. A feira é realizada toda terça-feira, em um galpão na cidade (quadra 304 sul), uma vez que as outras feiras que acontecem na capital são abertas para os produtores de toda região e até mesmo de outros Estados.

Nossa Associação tem ajudado a gente muito, sabe a Feira da terça-feira, pois é, aquela feira lá só ta acontecendo porque a gente se uniu (todas as associações) e reivindicamos o acontecimento dela. Foi já foi na feira de sexta-feira? Já viu que lá só tem gente de fora. E eles também produzem mais, assim podem fazer um preço melhor, aí a gente não tem chance. Por isso pedimos e conseguimos uma feira só pra gente daqui, mas também acho que deu certo porque foi todas as associações senão acho que não tinha dado certo (Sra. Idalícia Ribeiro de Souza – 60 anos).

A Feira do Produtor é mais simples, com menos produtores e até mesmos menos produtos. No entanto é uma forma que SAGRI encontrou para valorizar a produção familiar local.

Eles podem comercializar sem concorrência dos grandes, e até mesmo fazer um preço melhor, pois todos moram aqui na região e assim não precisam aumentar tantos os preços dos produtos para tirar os custos de viagem (Daniel Rodrigues de Araújo – Funcionário da SAGRI).

Nesse sentido é possível perceber a importância de programas de desenvolvimento local que objetivam fortalecer a produção rural familiar, como é o caso das feiras livres. Estas feiras são o principal vínculo comercial que o produtor tem com a sociedade dos centros urbanos, permitindo de certa maneira a obtenção de renda para sua família.

Considerações Finais

O processo de desenvolvimento agrícola do estado de Goiás até a década de 1960 não ocorreu necessariamente mediante a incorporação de capital e tecnologia no campo. O estado passava, nessa fase, pelo período caracterizado pela frente de expansão, buscando espaços cada vez maiores para a criação de gado bovino de forma extensiva.

Após esse período, o governo brasileiro, por meio da política de modernização agrícola, que era baseada na liberação de vultuosas quantias em dinheiro para compra de terras na Região Centro Oeste e maquinário para auxílio na plantação e colheita, induziu a migração para a região e a venda de grandes extensões de terras, transformando-a em um grande pólo monocultor. Aliada à questão do investimento financeiro, também veio a criação da EMBRAPA e a produção de sementes melhoradas, adaptadas para o clima e o solo regional, baseado no cerrado.

Essa dinâmica modifica-se a partir do final da década de 1980 e início da de 1990, basicamente provocada por dois fatores, sendo um local e um nacional: separação do norte goiano, que passa a compor o estado do Tocantins e a redução dos investimentos governamentais na agricultura, abrindo espaço para a entrada do capital privado. Por um lado, a falta de recursos disponíveis e os juros mais altos das instituições financeiras privadas, fez com que o nível de investimento em compra de áreas maiores e maquinário mais moderno tivessem uma redução drástica. Com isso, a região tem reduzido o capital circulante em suas propriedades, além de aumentar o endividamento de muitos produtores.

Por outro lado, o estado de Goiás, mais desenvolvido, continua com a produção monocultora em grande escala, apesar da diminuição no capital disponível para o plantio, enquanto Tocantins, mais pobre ou menos dinâmico, apresentando características fundiárias baseadas na pequena propriedade e na produção de gado em grandes extensões de terras, continua com dificuldades de ingressar no concorrido mercado do agronegócio. Essa situação no Tocantins começa a mudar com a atração de produtores interessados em investir na agricultura do estado, além de alguns projetos internacionais, como o PRODECER – III, em parceria com o Governo Japonês, e construção da nova capital na década de 1990, Palmas. Neste contexto, se insere a região pesquisada, organizada com base na pequena produção: a Associação dos Produtores Familiares de Taquaruçu Grande, localizada no município de Palmas, capital do Tocantins.

A uma das preocupações desse estudo foi mostrar que o associativismo rural pode ser um importante aliado na melhoria das condições de reprodução socioeconômica dos produtores da região. A comprovação vem por meio da própria experiência dos produtores, os quais, organizados em associação, conseguem vencer os desafios de permanecer na terra como pequenos agricultores, num lugar onde a falta de recursos financeiros e tecnológicos é facilmente perceptível.

Para discutir a questão da comunidade estudada, partiu-se da análise preliminar da produção familiar no contexto brasileiro, conceituando-a e buscando a sua inserção no cenário nacional atual. Já nessa primeira etapa, chegou-se a primeira dificuldade: os dados oficiais disponíveis são muito antigos e defasados, o que poderia comprometer o resultado final deste trabalho. Não obstante, lançou-se mão da busca de informações que pudessem complementar as já obtidas visando melhorar a qualidade e a confiabilidade dos dados disponíveis.

Nesta fase, procurou-se seguir o caminho apontado que enfatizam o fortalecimento da produção agrícola assegurado pela produção familiar, colocando esta como a base do desenvolvimento rural. Para eles, esse tipo de produção, caracterizado pela participação direta da família na organização e execução das atividades rurais, apesar de ser uma saída para o problema da exclusão do homem do campo.

A exploração de propriedades familiares tem sido uma alternativa para diminuir a desigualdade social e econômica existentes nos centros urbanos e no campo. Quando organizados em associações e cooperativas, pode-se imaginar que os produtores tenham condições de explorar melhor sua unidade produtiva, aplicar a tecnologia mais adequada e contar com recursos e aparato logístico para distribuir e comercializar a produção.

Em visitas aos órgãos oficiais, como SEPLAN, SEBRAE, SAGRI, SEAGRO, IBGE e ITERTINS, descobriu-se que não há dados disponíveis sobre a área rural do município. Por outro lado, também não existem informações sobre a produção rural local, tais como a área, o número de propriedades e os recursos tomados pelos proprietários. As únicas informações colhidas foram as presentes nos Estudos do Convênio FAO/INCRA, do ano de 2000, que tomam como base o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, dos anos de 1995/96.

Apesar dessas dificuldades, procurou-se dar consistência às informações obtidas fazendo o cruzamento dos dados, com o objetivo de extrair toda a base para o estudo. No caso das propriedades pertencentes à Associação dos Produtores Familiares de Taquaruçu Grande, durante

as entrevistas colheram-se os dados sobre a área, produção e outras informações importantes sobre os agricultores e comunidade.

São essas relações que mantêm a associação como um ponto de referência para eles, pois é através dela que muitos conseguem recursos para a produção, insumos e vantagens na comercialização. Cabe ressaltar ainda, que a associação não existe apenas com o propósito de facilitar o acesso à financiamentos ou às tecnologias. A existência desta é um fator importante para alcançar maior grau de integração ao mercado. Ela existe fundamentalmente para que os produtores possam auxiliar em sua reprodução, promovendo o bem-estar e aproximando todos em torno dessa causa.

No entanto, a associação é muito mais que uma alternativa econômica como ficou evidenciado na pesquisa. Desempenha um papel fundamental na convivência diária, fortalecendo os laços de amizade e ajuda mútua. Através dos depoimentos, ficou claro que é a associação que os unifica, promovendo o convívio em comunidade. Nesse sentido, pode-se considerar pela pesquisa que, sem o aparato da associação, os produtores não teriam como garantir boa parte da renda que hoje possuem. A associação não garante a renda, mas garante os meios de se conseguí-la, fazendo com que os associados tenham uma base de apoio para vencer a barreira da entrada no mercado.

Para concluir, serão deixados alguns questionamentos para futuras reflexões, o que configura o caráter não definitivo desse estudo: o associativismo constitui, de fato, um caminho para garantir a reprodução socioeconômica de todas as associações da região? Seria esta uma saída para diminuir a marginalização do agricultor familiar? Assim, demonstramos que este tema não se esgota neste trabalho, evidenciando que se fazem necessários novos estudos, em outras associações, para que se possa afirmar que o associativismo é uma alternativa viável para amenizar o problema da geração de emprego e renda na produção familiar proporcionando a reprodução socioeconômica dessa categoria social e conseqüentemente diminuindo a exclusão e marginalização da família rural.

Notas

¹ Artigo elaborado com base na dissertação de mestrado: “Produção Familiar e Associativismo: modo de vida e reprodução social da Comunidade Rural de Taquaruçu Grande - Palmas (TO)” - defendida em agosto de 2006, sob a orientação do Professor Dr. João Cleps Júnior – Instituto de Geografia - Universidade Federal de Uberlândia.

² Dados de 2006.

³ Disponível em : www.cpac.embrapa.br/pesquisa/ProjetosParceria/projetosilvania.html

Produção familiar e associativismo: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande - Palmas (TO)

⁴ Palmas-TO: JORNAL O GIRASSOL, 14/03/2006.

⁵ Pesquisa de Campo realizada em 05/09/2005.

⁶ Cotação do dólar em setembro de 2005: US\$ 2.30

⁷ Palmas-TO: JORNAL CONEXÃO, 23/08/2005.

⁸ Nomenclatura utilizada pela SAGRI.

⁹ Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins/Órgão oficial de assistência técnica e extensão rural do Estado.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Rio de Janeiro: HUCITEC, 1992.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária** – ABRA, Campinas, v. 28, n. 1, 2, 3, p. 49-68, jan/ago. 1999.

_____. VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, 1999.(Texto para discussão, 641). Disponível em: www.ipea.gov/pub/td/td_99/td641. Acesso em: 2 ago. 2005.

BARBOSA, Y, M. **As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins**. 1999. 158 f. (Doutorado em Geografia) – FFLCH – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo – USP, 1999.

BEZERRA, L. M. C. **Agricultura familiar em Orizona (GO)**: a Associação dos Pequenos Agricultores da Marta Velha, Água Grande e Coqueiro – APAMAC. 2003. 121 f. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

CARDIM, S. E. de C.S.; VIEIRA, P. T. L.; VIÉGAS, J.L. **Análise da Estrutura fundiária brasileira**. Disponível em: www.nead.org.br. Acesso em: 26 mar. 2005.

DEL GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O fim do êxodo rural? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXIX.,2001, Recife. **Anais...** Recife (PE), 2001. 1 CD-ROM.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar – O Brasil redescoberto**. Brasília: 2000. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO.

FERNANDES, B. M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, XIII., 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2002.CD-ROM.

GONÇALES, C; CLEPS JÚNIOR, J. **As interpretações sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**: algumas notas. 2004. Disponível em: http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/E1_147.htm. Acesso em: 3 fev. 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, A. A. As estratégias sociais dos agricultores: a produção camponesa e o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil. **Anais do Seminário sobre a Agricultura Brasileira nos Anos 90: Desafios e Perspectivas**, Curitiba, 22 a 24 de agosto de 1989. Curitiba: Editora da UFPR, 1989. p. 153-177.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp. IE/Unicamp, 1999.

HESPANHOL, R. A. M. **Produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. 2000. 354 f. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995/1996**. IBGE – Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 25 mar. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação e Contas Nacionais**. IBGE – Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 28 maio 2005.

JORNAL CONEXÃO. **Programa Quintal Verde deverá atender 35 mil famílias em 2005**, Palmas, 23 ago. 2005.

JORNAL O GIRASSOL. **Esperança na agricultura familiar**, Palmas, 14 mar. 2006.

KAGEYAMA, A. (Coord). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-127, 185-195.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

MENDES, E. P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 321f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2005.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

SEAGRO. **Secretaria Estadual da Agricultura Pecuária e Abastecimento**. Tocantins: 1999. Disponível em: www.seagro.to.gov.br. Acesso em: 17 de abril, 2005.

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR. **PRONAF: quem somos?** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 3 dez. 2005.

_____. **PRONAF: o que produz? Quanto produz? Questões Metodológicas**. Resolução Nº 2.629, de 10 de agosto de 1999. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 3 dez. 2005.

Produção familiar e associativismo: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande - Palmas (TO)

SEPLAN. **Leis e datas de criação dos municípios. Anuário Estatístico do Tocantins –2004.** Secretaria Estadual de Planejamento – Tocantins: 2004. Disponível em: www.seplan.to.gov.br. Acesso em: 17 abr.2005.

UFT/NGPI. **Estudo de viabilidade técnica e econômica da implantação do Ceasa-TO.** Universidade Federal do Tocantins/Núcleo de Gestão Pública Inovadora. Julho de 2005. Disponível em: www.uft.edu.gov.br. Acesso em: 15 ago. 2005.

UNITINSAGRO. Projeto: Instalação das Redes de Referência para Agricultura Familiar – 2005. Disponível em: www.unitins.br. Acesso em: 17 ago. 2005.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: HUCITEC, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar – realidades e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUEP, 1999. p. 21-55.
